

OBSERVATÓRIO DOS DIREITOS HUMANOS DA ULBRA ODHU

CEZAR, André*

INTRODUÇÃO: As ações do Observatório destinam-se a valorizar a atuação dos acadêmicos junto a questões relacionadas à temática, em execução permanente nos últimos anos, com atividades desenvolvidas junto a instituições de atendimento a pessoas com deficiência e necessidades especiais, escolas e comunidade; tanto diretamente como em parceria com outros professores e alunos vinculados a outros cursos e projetos institucionais. Para 2019, duas ações são prioridade: a) a realização da análise de processos judiciais, em convênio com a Procuradoria Geral do Estado, em que o Estado do Rio Grande do Sul, foi demandado por questões relacionadas à violência ou ofensa a direitos humanos; e, b) a manutenção das atividades desenvolvidas junto aos alunos de escolas de Canoas, com a temática: “Direitos Humanos: contra a violência na escola e fora dela”.

OBJETIVOS:

Ampliar a execução de convênios firmados pela Universidade Luterana do Brasil para maior visibilidade institucional e do Curso de Direito, através da atuação dos professores e alunos, junto às instituições externas envolvidas e comunidade.

Oportunizar o desenvolvimento de processos metodológicos participativos, o fortalecimento de práticas individuais, coletivas e sociais que “gerem ações e instrumentos em favor da promoção, da proteção e da defesa dos direitos humanos, bem como da reparação das diferentes formas de violação de direitos” (Artigo 4º, inciso V, Resolução nº 1, de 30 de Maio de 2012 CNE/Ministério da Educação); através da transversalidade e interdisciplinariedade, em temas relacionados aos direitos humanos e sua violação.

Priorizar a execução de projetos baseados em convênios institucionais, especialmente com a execução do projeto entabulado com a Procuradoria Geral do Estado para análise de processos judiciais que envolvem o Estado do Rio Grande do Sul como parte em demandas que envolvem violência a direitos humanos.

Ampliar a realização de cursos de capacitação, orientação ou educativos sobre a aplicabilidade dos direitos humanos nas mais diversas áreas, inclusive para o público institucional interno (alunos e colaboradores); bem como para o público externo, através de palestras, eventos e divulgação de material científico, a respeito do assunto, com a expectativa de firmar demandas externas que ampliem a visibilidade institucional em relação à temática dos direitos humanos.

Manter as atividades junto aos alunos das escolas de ensino médio, com a temática “Direitos Humanos: contra a violência na escola e fora dela”, oportunizando a discussão sobre direitos humanos junto aos alunos, sua aplicabilidade e abrangência para além da escola, permitindo aos alunos do curso de direito a ampliação no uso de metodologias próprias para o desenvolvimento das atividades.

Subsidiar a execução dos projetos para que se estabeleçam como referência acadêmica, profissional e institucional nas suas áreas de atuação e amplitude.

METODOLOGIA: O projeto está sendo desenvolvido através das seguintes etapas:

- 1) reunião de profissionais e alunos;
- 2) formalização de termos de cooperação;
- 3) definição de planejamento de atuação.
- 4) desenvolvimento do projeto;
- 5) divulgação dos resultados em trabalhos científicos e eventos.

RESULTADOS: Considerando os resultados obtidos nas edições anteriores, os alunos já estão ampliando o atendimento na Escola Cristovão Colombo pelo terceiro semestre consecutivo, com o pedido da direção e professores para que haja ampliação nas atividades para além de duas turmas atendidas no momento e maior frequência no comparecimento à escola; especialmente pelo enfoque dado “contra a violência na escola e fora dela”.

Da mesma forma, o avanço na atuação do projeto junto à comunidade permitiu a interação com outros projetos extensionistas da instituição, completando ou agregando esforços para maior amplitude e visibilidade da área de extensão, como ocorreu no cumprimento do Convênio firmado com a Prefeitura Municipal de Canoas e, em parceria com o Projeto Lilás no Curso de Formação de profissionais junto ao Centro de Referência da Mulher, Patricia Esber, em Canoas, com 80 horas/aula.

Para 2019, firma-se a necessidade de avanço nas atividades do Observatório e no cumprimento dos objetivos institucionais, especialmente de materializar ações baseadas em convênios firmados com outras instituições, o estabelece ampla visibilidade à ULBRA; especialmente pelo adiantado andamento, na realização de convênio com a Procuradoria Geral do Estado para coleta de dados e produção científica sobre processos judiciais em que houve a condenação do Estado do Rio Grande do Sul em ações fundadas na violação de direitos humanos praticadas por servidores públicos estaduais, com apresentação de resultados para a comunidade acadêmica, profissionais e servidores da segurança pública.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: No desenvolvimento da atividade junto aos processos judiciais, num primeiro momento haverá o envolvimento dos alunos do curso de direito da Canoas; em seguida, a partir da experiência obtida, certamente será possível a ampliação para os campi da região metropolitana e, com certeza, aos campi do anterior, uma vez que os processos que tiveram origem naquelas cidades, tramitam no local e será necessária a atuação dos alunos junto a suas comunidades.

REFERÊNCIAS:

ABRAMOVAY, Miriam. Violências nas escolas/ Miriam Abramovay
COMPARATO, Fábio Konder. Afirmação Histórica dos Direitos Humanos. 8ª ed. São Paulo. Saraiva, 2013. HUNT, Lynn. A invenção dos direitos humanos. SP: Companhia das Letras, 2009.
SARLET, Ingo Wolfgang. Dignidade da Pessoa Humana e Direito Fundamentais na Constituição Federal de 1988. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2012.

* andrecezar@andrecezar.com.br